



Etnocolecionismo e dignidade imagética: possibilidades do ato antropológico de coleccionar

Yuri Schönardie Rapkiewicz¹

José Luís Abalos Júnior²

1 Doutorando em Antropologia (UFPB).

2 Pós-Doutorando em Antropologia Social (IDAES/UNSAM).

Porto Alegre é a cidade-contexto de transformações e memórias da qual somos habitantes e descritores. Como antropólogos, propomo-nos a observar e narrar o urbano. Nossas etnografias foram desenvolvidas mediante interlocução com sujeitos narradores que experienciam e se deslocam na metrópole, atribuindo e comunicando sentidos a cada um de seus percursos. Ao aderir a uma perspectiva de pensar o urbano pela Antropologia, realizamos investigações *na* e *da* cidade, interagindo com indivíduos que narram suas experiências, biografias e colecionam imagens. Logo, esta proposta está em consonância com a tradição de pesquisa com coleções etnográficas (Eckert; Rocha, 2013, 2015) e o tema de nossas pesquisas apresenta nuances da Antropologia Urbana, Antropologia das Sociedades Complexas e Antropologia Visual e da Imagem.³

Desse modo, mobilizamos aqui os argumentos de nossas dissertações de mestrado acadêmico e produções inseridas nos principais fóruns de discussão disciplinares da Antropologia, a partir de relatos de campo, mas também através da proposição de conceitos e ferramentas inovadoras relacionadas

3 Deve-se considerar que o processo de escrita deste texto ocorreu entre 2017 e 2020 e que há atualizações importantes sobre a temática das coleções e do colecionismo desde então.

ao colecionismo etnográfico.⁴ Nesses termos, em 2016, Yuri Rapkiewicz participou do 40º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), com a apresentação de paper no SPG 31 - Teorias e práticas patrimoniais: o papel do cientista social, coordenado pelos professores Manuel Ferreira Lima Filho e Regina de Abreu. Nessa oportunidade, apresentou sua experiência de colecionamento etnográfico sobre o patrimônio cultural ferroviário no Rio Grande do Sul, constituída principalmente a partir de três mananciais de imagens: as coleções biográficas (físicas e digitais) dos trabalhadores aposentados, os acervos do Museu do Trem de São Leopoldo, e os registros fotográficos da pesquisa de campo. A etnografia da Duração (Eckert; Rocha, 2013, 2015), realizada no contexto de interlocução com as memórias de trabalho do grupo, marcaram a posicionalidade do antropólogo colecionador como mediador cultural, que “em termos epistemológicos [...] se oferece ao papel de ‘guardião’ da memória dos grupos com os quais trabalha ou de agente de sua reatualização e retransmissão (mediando redes de sentido, de interpretação, de comunicação)”. (Rocha; Eckert, 2015, p. 179).

4 A motivação para escrevermos conjuntamente este texto parte da afinidade formativa advinda da experiência de participação no Núcleo de Antropologia Visual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NAVISUAL/PPGAS/UFRGS). Neste núcleo, fomos orientados para a realização da pesquisa com imagens e a construção de coleções etnográficas como parte constituinte da produção científica que praticamos. Ao longo desta trajetória em comum, participamos de oficinas de fotografia, vídeo, roteiro, colecionismo, curadoria de imagens e organização de exposições etnográficas. Além disso, reunindo-nos semanalmente, compartilhando as atualizações das pesquisas individuais, partilhamos da observação e de orientação coletivas dos integrantes dos núcleos, no formato de devolutivas que resultaram no aprimoramento técnico de nossas produções.

Por sua vez, em 2017, José Luis Abalos Júnior⁵ apresentou a dissertação intitulada *Um porto em contradição: memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS*, que abordou o projeto de revitalização do antigo porto da cidade. Desde a decadência das atividades portuárias, na década de 1980, ativistas, gestores de políticas e planejadores urbanos sonham desenvolvimentos diferenciados para a região. Assim, a ideia de um “restabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto”, apontada pelo empreendimento responsável pela revitalização, não era consensual. Ela aglutinava inúmeras contradições políticas acompanhadas etnograficamente através do contato consentido com coletivos de ativismo urbano e suas coleções de imagens. Realizando uma antropologia dos processos de contradição que relacionam aspectos sócio-históricos, paisagísticos e econômicos, Abalos Junior (2017) demonstrou o quanto transformações urbanas na cidade, especificamente as ligadas à área portuária porto alegreense, estavam vinculadas a uma memória política. Através das narrativas de seus interlocutores e de pesquisas em acervo, percebeu que os projetos de (re)qualificação para o Cais Mauá eram tão históricos quanto as suas resistências.

Finalmente, ainda em 2017, conversamos sobre a possibilidade de escrevermos conjuntamente, aproveitando a oportunidade do 41º Encontro da Anpocs. Topando o desafio, submetemos um

5 O autor tem experiência de participação no Núcleo de Antropologia Visual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Navisual/PPGAS/UFRGS) e no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS), coordenados pelas professoras Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha.

pôster à Mesa Redonda 4 - Coleções, colecionadores e práticas de representação, coordenada pelos professores Edmundo Marcelo Mendes Pereira e Manuel Ferreira Lima Filho. No âmbito das discussões do evento, o texto foi repensado e reescrito, resultando no artigo intitulado *Práticas de colecionamento e restituição: notas para um colecionismo ético*. Com enfoque nas dimensões éticas e na responsabilidade designadas ao antropólogo em face da pesquisa com coleções, uma questão central nos orientou o debate:

Como produzir, organizar e divulgar coleções ao lado de nossos interlocutores? Se os personagens de nossa pesquisa têm agência frente a organização de nossos acervos (físicos ou virtuais) e se nossos bancos de conhecimentos forem patrimônios etnográficos marcados pela ação deste outro, podemos estar à frente do que chamamos aqui de colecionismo ético. (Abalos Junior; Rapkiewicz, 2019).

Esta convergência norteadora, sistematizada a partir das particularidades de nossas pesquisas em Porto Alegre, associaram a experiência da restituição com a prática de um colecionismo ético (Abalos Junior; Rapkiewicz, 2019). Logo, destacamos que a filiação a uma comunidade interpretativa comum nos impulsionou a refletir sobre o tema a partir da revisão de literatura, nos instigando a propor ferramentas inovadoras aplicadas ao colecionamento antropológico. Nesse contexto, foi através da proposição do conceito de etnocolecionismo que Yuri Rapkiewicz (2018) narrou sua experiência de interlocução etnográfica com ferroviários aposentados, que, além de colecionadores de documentos, eram lideranças de projetos de memória do grupo de

trabalho. Durante a etnografia, acompanhou as trajetórias de luta pelo reconhecimento e preservação da memória ferroviária no Rio Grande do Sul, através das políticas de patrimonialização e iniciativas memoriais de diferentes agentes e instituições. Assim, ao cartografar esses processos, seus conflitos e suas imagens, as coleções etnográficas foram organizadas e reorganizadas de forma colaborativa, em diferentes momentos, de acordo com sua finalidade restitutiva específica como, por exemplo, registrar em imagens os eventos do grupo, realizar a curadoria de exposições fotográficas, editar minidocumentários audiovisuais e um catálogo de estações ferroviárias que compuseram um totem multimídias disponibilizado no Museu do Trem (São Leopoldo - RS) em 2017.

Introduzimos este texto descrevendo parte de nossas trajetórias colecionistas em Antropologia e suas interfaces, e o fizemos por acreditar ser importante localizar nossos estudos como vinculados a uma tradição de pesquisas com coleções etnográficas realizadas desde o sul do Brasil. Logo, nos próximos tópicos, inserimos no debate o que chamamos de dignidade imagética, associando-a à ideia de colecionismo ético. Em seguida, relatamos a experiência de uma trajetória etnocolecionista sobre o patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul como exemplo empírico de uma etnografia realizada a partir dos parâmetros éticos mobilizados por esta perspectiva antropológica.

Dignidade imagética e a pesquisa com coleções etnográficas

A dignidade, enquanto um valor da pessoa humana, é um postulado central das sociedades democráticas. As práticas de colecionamento realizadas por pesquisadores que visam estabelecer um contato profícuo com comunidades e, através desta interlocução, colecionar imagens nos mais diversos suportes, fazem parte de dinâmicas de como a antropologia vem pensando questões éticas nas práticas de pesquisa. O olhar antropológico para as questões de dignidade da pessoa humana contribui para um alargamento desse conceito, segundo Denise Jardim. Nas palavras da autora, “A prática antropológica propõe-se a cooperar no alargamento de nossa compreensão sobre as dinâmicas que dotam de novos significados expressões envolvidas no debate sobre dignidade humana.” (Jardim, 2013, p. 22).

Nota-se que a noção de dignidade está sujeita a reflexão ao aprimoramento e aberta ao debate políticos entre os agentes que negociam seus sentidos. Podemos estender aqui os “sentidos de dignidade humana” (Goodale, 2006) para o campo do colecionismo no sentido direto de uma equalização das condições de participação e acesso ao ato de colecionar. Isso significa perceber o colecionismo como um “fato moral” (Cardoso de Oliveira, 1994) imbricado em cada elemento imagético e material partilhado por interlocutores de pesquisa. Esse diálogo entre colecionismo e moralidade pode ser explicitado ao que Roberto

Cardoso de Oliveira (1994) chamou de ética discursiva e dialógica que se manifesta através de competências comunicativas.

Neste sentido o consentimento e a restituição, parâmetros éticos primordiais da pesquisa antropológica, podem ser encarados como competências comunicativas por parte de quem propõe um projeto de pesquisa com coleções. Contudo esse contato deve ter em conta as idiosincrasias do aqui chamamos de colecionismo ético.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2000), não há a possibilidade de “preencher” com um sentido unívoco a noção de dignidade humana. Logo o “aval” e a “devolutiva” pensados para e com interlocutores de um campo de pesquisa é manifestado diversamente, pois há uma “constelação de sentidos locais”, no que diz respeito às tramas de uma pesquisa que vise uma prática de colecionamento ético. Colecionar eticamente é deixar visível a forma como este ato de interlocução se dá, e como as comunidades pesquisadas comparecem no ato de colecionamento do antropólogo, participando de um campo de forças que devem gerar decisões. O preço do “respeito igualitário” (Frazer, 2007), aqui pensado juntamente com as práticas de colecionamento, pode ser entendido como uma maior atenção dada pelo pesquisador colecionador à abertura de diálogo com seus interlocutores.⁶ Percebemos, assim, que a dignidade imagética associada às noções de etnocolecionismo (Rapkiewicz, 2018) e colecionismo ético (Abalos Júnior; Rapkiewicz, 2019) atravessa

6 Sobre o assunto, ver o conceito de “Cidadania Patrimonial” (Lima Filho, 2015).

questões universais no campo antropológico, como liberdade, justiça e, principalmente, reconhecimento.

A liberdade do consentimento, na pesquisa com humanidades, não tem data e hora marcadas. É realizada no processo interlocução. Igualmente, a necessidade, como pesquisadores, de “restituir” nossas pesquisas não está determinada ao final do nosso processo de escrita. Cabe dizer aqui que uma das dimensões da dignidade imagética é a de que exista liberdade por parte dos sujeitos pesquisados por meio dos quais colecionamos imagens.

Nesse sentido, é forte o apelo a um colecionismo ético que traga as descontinuidades temporais para a cena do colecionamento, pois, afinal, o consentimento e a restituição não têm um tempo fixados no início e no fim das nossas pesquisas, uma vez que estas categorias se reinventam em todo processo de interlocução com nossos interlocutores.

Outra dimensão possível da ideia de dignidade imagética é a que François Dubet denomina genericamente de “injustiças”. Para o sociólogo francês, com trajetória marcada no campo da sociologia da experiência, as pessoas mobilizam “princípios de justiça” (Dubet, 2014) para justificar sua luta contra condições injustas às quais são submetidas. Dentro de uma variabilidade de possibilidades de “condições injustas” no mundo moderno, uma pesquisa científica que use imagens de sujeitos sem os devidos cuidados éticos faz parte de um rol de situações de contradição morais entre ciência e sociedade.

Por fim, a ideia de reconhecimento parece ser importante no contexto de um colecionismo ético. *Reconhecer*, como verbo, carrega em si um aprofundamento ético significativo. Quem reconhece ou é reconhecido está um passo à frente de quem obtém consentimento ou dá algo em troca ao produzir uma investigação com coleções. E esse reconhecimento, para Axel Honneth, sempre vem de forma coletiva. Segundo o sociólogo alemão:

As lutas por reconhecimento são atitudes coletivas, na mediada que sujeitos da comunidade se tornam conscientes de sua situação social. Esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um circuito inteiro de sujeitos como típicos de sua situação social. (Honneth, 2003, p. 260).

O reconhecimento como maneira de interação na pesquisa com coleções pode ser encarado de formas diversas, dependendo dos objetivos, problemáticas e contextos do ato de colecionar. Assim, não podemos deixar de identificar o conflito (Simmel, 2010) constitutivo das formas éticas do colecionismo, atentando para o reconhecimento como uma forma de negociação permanente, que perpassa consensos e dissensos, no processo de pesquisa. Aqui, a ideia de permanência de princípios de dignidade se faz presente através de todo processo de pesquisa do ato de colecionar, não ficando confinada a momentos específicos da interlocução.

A partir deste ponto, buscamos associar esse campo teórico suscitado pela noção dignidade imagética e colecionismo ético à uma experiência etnográfica. Tais construções conceituais no campo do estudo de coleções só fazem sentido quando trazemos

fundamentos empíricos que demonstrem, em maior ou menor medida, situações práticas de pesquisa. A ideia de etnocolecionismo (Rapkiewicz, 2018) vem a aprofundar tais conexões de um paradigma ético no ato de colecionar.

Composições ferroviárias: notas de uma trajetória de pesquisa etnocolecionista

Entre as muitas tipologias de composição, uma, em especial, nos interessa; trata-se das composições de trens. Entre os ferroviários, em linguajar popular e igualmente técnico, uma composição de trem é “o conjunto de veículos de tração (locomotivas) mais seus respectivos vagões ou carros de passageiros.” Isto escreveu o membro de um grupo de ferroviários na internet, em resposta à postagem que havíamos realizado anteriormente na rede social Facebook. O grupo, denominado “Ferroviários da SR-6” - Fotos”, soma 8.400 membros cadastrados, entre os quais nos incluímos. Esse espaço virtual é frequentado por trabalhadores, tais como: funcionários aposentados da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), familiares de ferroviários, pesquisadores e outras pessoas interessadas no tema. Nesse sentido, frisamos que interlocutores com quem interagimos, em outras ocasiões, por meio de entrevistas e conversas, também participam de forma ativa daquele ambiente virtual.

O texto da descrição do perfil deste grupo no Facebook identifica que o propósito do espaço virtual é possibilitar o compartilha-

mento de acervos fotográficos pessoais: “Vamos publicar fotos e vídeos ferroviários, eventos e atividades em que convivemos. Tudo aquilo que admiramos na nossa atividade e que podemos compartilhar com os demais colegas da nossa amada ferrovia. E, ainda, lembranças e histórias da memória da estrada de ferro.”

De fato, a publicação de fotos e a participação de membros no fórum de debates são intensas e diárias. Este grupo, mais do que uma coleção de imagens, é um lugar de sociabilidades, reencontros e desabafos entre os ex-colegas de ferrovia. Acompanhar as atualizações da plataforma online, no que concerne à postagem de fotografias e comentários, bem como aos compartilhamentos e curtidas, evidencia, na atualidade, os protagonismos, conflitos e a diversidade de sujeitos imersos neste universo temático, desde diferentes posicionalidades e interesses. Localizar este grupo como um espaço virtual de pesquisa etnográfica é interessante na medida em que a comunidade Ferroviários da SR-6- Fotos sintetiza o cenário contemporâneo de narrativas da crise (Gómez, 2018), através da presença de imagens e discursos sociais atrelados à memória coletiva do trabalho ferroviário no Rio Grande do Sul.

No que diz respeito à ideia de composições temporais, identificamos seu caráter multifacetado e aglutinador, sinônimo da organização e da ordenação de nossos dados etnográficos no formato de coleções multimídias. Assim, ao considerarmos as tipologias de composições específicas, podemos observar suas propriedades organizativas essenciais. A composição fotográfica, por exemplo, procura dar ordem aos fragmentos que

compõem uma imagem: enquadramento, luz, textura, entre outros. Em suma, combinações de elementos diversos que fazem parte de determinada linguagem fotográfica. Nesse sentido, as composições musicais, artísticas ou literárias seguem a mesma lógica da primeira, são todas elas combinações de elementos próprios que apresentam uma preocupação estética e de intencionalidade comunicativa.

As composições de trem, no caso do Rio Grande do Sul, que atualmente percorrem o território sulino, não levam mais consigo carros de passageiros desde 1996. Apenas os trens cargueiros e seus maquinistas ainda viajam solitariamente pelos trilhos, estado à fora. O cenário contemporâneo de transformações, crises e resiliências é o lugar e o tempo de fala destes narradores ferroviários; cruzando narrativas e narradores, temporalidades e discursos sociais associados ao tema da memória ferroviária no Rio Grande do Sul, ensejamos formas alternativas de documentar etnograficamente as biografias de trabalhadores aposentados e outros interlocutores urbanos. A sequência de acontecimentos aqui mencionados realça o cenário de ruínas e abandonos, mas também de reutilizações (e ressignificações) do patrimônio histórico e cultural da ferrovia, a partir de iniciativas memoriais, empreendedoras, criativas e, por vezes, conflituosas.

Nessa direção, registramos inicialmente as narrativas dos aposentados que afirmam que, desde a privatização, houve um enxugamento das operações ferroviárias e da renovação da frota. Também relatam que a falta de manutenção das linhas permitiu

que ramais fechados fossem destruídos, desmontados, abandonados e saqueados. O cenário desolador é comprovado pela observação de locomotivas velhas, vagões precários (verdadeiras sucatas) e estações deterioradas ao longo de toda a malha férrea do Rio Grande do Sul.

As novidades, por sua vez, também não são as mais animadoras para aqueles que seguem desempenhando o ofício de ferroviário dentro da nova empresa gestora. Desde a privatização, foi instaurada uma realidade de precarização das formas de trabalho, com a redução do número de funcionários, além de terceirizações gradativas nas operações de trabalho e logística da empresa concessionária (América Latina Logística). A biografia de ferroviários, famílias, associações de classe e instituições de trabalho sofreram remodelações diante deste quadro.

Na qualidade de entidade do grupo proeminente, localizamos o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio Grande do Sul (SINDIFERGS), fundado em 1959. A sede desta instituição, situada em Porto Alegre, foi um local visitado muitas vezes ao longo de quase dez anos de etnografia. A entidade, consolidada e reconhecida entre os aposentados, se reinventa pela atuação de homens e mulheres que trabalham e frequentam as delegacias da entidade espalhadas pelos municípios do Rio Grande do Sul. As atividades imersas no cotidiano deste sindicato mediam as relações de trabalho com a empresa concessionária, bem como organizam eventos sociais e comemorativos que reúnem antigos e colegas de profissão. A entidade agencia também

diversas pautas políticas do grupo, realizando discussões e esclarecimentos acerca dos impactos das reformulações nas políticas estatais de seguridade social (como a previdência e a moradia). O Sindicato também realiza debates sobre a fiscalização das condições dos bens oriundos da extinta RFFSA que não são utilizados pela empresa concessionária, buscando alternativas para contornar o cenário de degradação.

O breve relato da atual situação do sistema ferroviário no sul do Brasil destaca características e quadros de referência da memória coletiva (Halbwachs, 2006) deste segmento profissional. Nesse sentido, ressaltamos que a memória coletiva pode ser encarada como uma coleção de experiências vividas, e a narrativa, o gênero enunciativo de escolhas realizadas pelos sujeitos de pesquisa na construção e transmissão de suas próprias imagens. Nessa pesquisa, de um modo geral, Rapkiewicz (2018) abordou as formas de reorganização de vidas no período da velhice e suas narrativas, o exercício da cidadania e o protagonismo de aposentados guardiões da memória coletiva da ferrovia no Rio Grande do Sul, agregando saberes, experiências e coleções pessoais.

Assim, de forma aplicada, a proposta de compor uma coleção etnográfica e garantir seu acesso ao grande público, de diferentes maneiras, através do Museu do Trem, foi uma forma de tributo e restituição aos ferroviários aposentados e suas famílias. Desde o princípio da pesquisa, buscamos estabelecer uma relação consentida de convivência com os sujeitos, homens e mulheres, com os quais passamos a dialogar sobre o tema das memórias e patrimônios ferroviários do sul do Brasil.

Neste itinerário, destacamos que o mesmo conjunto de imagens colecionadas desde 2010 tem sido reorganizado de acordo com as novas finalidades e demandas restitutivas que vão surgindo. Em outra ocasião (Abalos Junior; Rapkiewicz, 2019), em que relatamos a nossa participação no projeto cultural *A tecnologia resgatando a memória ferroviária do Rio Grande do Sul*, apresentamos como exemplo a iniciativa que incluiu a organização de um totem multimídia com mapas interativos A coleção digital, disponível como instrumento pedagógico, instalada no Museu do Trem de São Leopoldo, foi o resultado do trabalho em equipe e da pesquisa de acervo museológico, aplicação e registro em vídeo das entrevistas com aposentados, edição de materiais fotográficos e audiovisuais. O projeto estabeleceu uma proximidade com três ferroviários aposentados: Hélio Silveira (artífice-da-via permanente), Ricardo Reischak (agente de estação) e Moisés Porto (maquinista), que compartilharam seus acervos fotográficos familiares, suas narrativas contemporâneas sobre o patrimônio ferroviário e lembranças de trabalho. O lançamento da plataforma, em 2017, foi comemorado pelo fato de que as imagens de suas vidas se tornaram “peças de museu”, conforme apontaram os interlocutores, manifestando contentamento e legitimando a representatividade do projeto financiado com recursos públicos estaduais.

Mais recentemente, em 2020, o acervo documental multimídia foi acionado para a organização de um episódio piloto do *podcast* intitulado *Trilhos Sonoros: Patrimônio Cultural e Memórias Ferroviárias*. O áudio-encontro (adaptado ao contexto de isolamento

social forçado, em decorrência da pandemia de Covid-19) apresentou iniciativas de preservação e valorização do patrimônio ferroviário em diferentes cidades do Rio Grande do Sul e abordou as memórias de trabalho de ferroviários aposentados e suas famílias, contemplando suas visões sobre a contemporaneidade. Reunimos pesquisadores/as, antropólogos/as, e ferroviários/as aposentados, em diálogo a partir de uma contextualização sobre os usos do patrimônio ferroviário em Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas. A base dessa discussão são projetos realizados entre 2015 e 2020, voltados ao tema da memória ferroviária. São iniciativas de diferentes ordens: desde publicações acadêmicas até editais e parcerias entre universidades e o poder público, que resultaram em programas de rádio, exposições fotográficas, atividades em escolas, museus e pontos de cultura, e, ainda, em iniciativas amparadas por redes de solidariedade local da comunidade ferroviária (ver Gómez; Rapkiewicz; Eckert, 2019).

Assim, os resultados e desdobramentos desta experiência de colecionamento advêm de arranjos dinâmicos e colaborativos na utilização dos dados etnográficos e das imagens. A constante atualização dos acervos e suas aplicações podem ser características definidoras de um banco de imagens multimídia em Antropologia, interessado e comprometido com as identidades narrativas (Ricoeur, 1991) e participação ativa dos interlocutores. Nessa perspectiva, as composições temporais (Rapkiewicz, 2018) se apresentam como “relações-restituídas”; a coleção foi o resultado aberto da etnografia da duração (Eckert; Rocha, 2013, 2015)

e das interações e itinerários do antropólogo em diálogo com os interlocutores-colecionadores.

Esses acontecimentos também nos revelam que a etnografia participa de contextos que, em princípio, nos pareciam pouco usuais ou de menor relevância, tais como: a internet e as redes sociais. É evidente que a virtualização do mundo é um movimento que, mediado pelas novas tecnologias da informação, arrasta consigo o antropólogo para outras ambiências, as quais devem ser incorporadas como dimensões de nossos campos de pesquisa antropológica. Logo, nossas presenças nestes espaços também pressupõem a nossa participação como indivíduos conectados e inseridos na cultura digital das sociedades contemporâneas. Por conseguinte, os deslocamentos pela cidade, as caminhadas para fotografar, as escutas dos sujeitos que interagem conosco durante a aplicação de entrevistas (entre outras atividades), nos dão acesso a um universo temático concreto e visual, que apresenta extensões virtuais que precisam ser consideradas. Com isso, queremos demarcar que os ambientes virtuais, enfatizando os grupos no Facebook, foram fundamentais para a compreensão da complexidade da duração da memória ferroviária e sua patrimonialização no Rio Grande do Sul.

O conjunto destas experiências narradas atende ao que postulamos como as três dimensões da dignidade imagética: a liberdade, a justiça e o reconhecimento, associadas à prática de colecionamento em Antropologia. Nessa direção, assumimos como fundamentais as sugestões de Rogério Lopes (2017), que,

ao apontar outras dimensões do ato de colecionar como interessantes para a reflexão sobre o tema, nos inspira a pensar o colecionismo para além das práticas documentais, agregando outras variáveis de interesse:

O protagonismo de indivíduos e grupos na constituição contemporânea de coleções de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais que possuem agência e elegem aspectos do passado tidos como importantes de serem destacados, de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo. (Lopes, 2017, p. 13).

Essas inquietações associadas ao histórico de pesquisa do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual/UFRGS), nas interfaces da Etnografia da Duração (Rocha; Eckert, 2013) e da Etnografia de Rua (Rocha; Eckert, 2003), conformam uma especialização metodológica que legitima a prática do colecionismo etnográfico, na medida em que está inserida em um “quadro de experiência colecionista” (Lopes, 2017, p. 19). Nesse sentido, tais diretrizes balizaram os deslocamentos em campo associados à descrição da biografia de narradores aposentados, colecionadores e militantes do patrimônio cultural ferroviário.

Para conhecermos este universo temático, se faz necessário apresentar a extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), ao passo em que foi o cenário narrativo de experiências de trabalho vinculado aos transportes no Rio Grande do Sul. A empresa estatal, que empregava 60 mil indivíduos em 1990, embora fosse economicamente deficitária, era presente em muitos mu-

nicípios brasileiros, e seu patrimônio físico incluía maquinários, estações de trem e vilas operárias. A agenda política neoliberal, implementada pelos mandatários do governo brasileiro da década de 1990, originou a desestatização da RFFSA – desenhada no período de presidência de Fernando Collor (1990-1992) e efetivada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). Em 1997, após a sua privatização, ficou em aberto a responsabilidade da gestão de seus bens inoperantes, já que estes não eram de interesse da nova concessionária, de capital norte-americano, a América Latina Logística (ALL). Apenas em 2007, a promulgação da Lei federal nº 11.483 atribuiu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) “a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, [...] bem como zelar pela sua guarda e manutenção” (Brasil, 2007, art. 9º). Desse modo, entre dúvidas, reutilizações e abandonos, configuraram-se muitos conflitos, sendo instituídas narrativas de “‘indignação ferroviária’, isto é, a postura dos/as trabalhadores aposentados e suas famílias [...] perante a crise de sua profissão.” (Gómez, 2019, p. 83).

Nesses termos, a privatização da empresa é evocada pelos aposentados como um evento traumático, encarado com tristeza e classificado como absurdo. Os desdobramentos sociais deste acontecimento, narrado como o “fim da Rede”, são marcados também pelo desemprego e pelo apagamento da cultura material da ferrovia, duas questões sempre presentes nas falas dos ferroviários. Assim, entre as inúmeras formas de durar no

tempo, foi a partir das coleções e narrativas que muitos dos interlocutores mediaram suas imagens através de “composições de experiências temporais” e da comunicação de seus “desejos de memória”. (Rapkiewicz, 2018, p. 143).

Esses indivíduos, que foram confidentes de suas narrativas e histórias de vida, dialogavam a partir do compartilhamento e exibição dos seus arquivos pessoais, recortes de jornal, fotografias de família e objetos da RFFSA. Os encontros etnográficos ocorriam em escritórios ou ambientes rodeados por papéis amarelados e livros, constantemente manipulados pelos aposentados, conforme suas memórias compartilhadas apontassem novas direções e exigissem novos gatilhos narrativos. A segurança pela posse de evidências materiais de um passado marcado pelo exercício da profissão ferroviária e pela valorização deste meio de transporte induziu ao compartilhamento de memórias afetivas, descritas em causos, crônicas e relatos orais. Além de serem detentores das suas próprias coleções, os ferroviários também eram categóricos em apontar o Museu do Trem de São Leopoldo como espaço importante na constituição da memória ferroviária do sul do Brasil, frequentando-o sempre que possível.

Os principais interlocutores da pesquisa são, por conseguinte, lideranças de projetos de memória coletiva do grupo, com destaque para Hélio da Silveira, 78 anos, guardião do “Ferrinho” e participante de inúmeras iniciativas memoriais. O aposentado coleciona lembranças relacionadas ao tema, entre as quais sua cooperação na constituição do acervo do Museu do Trem em

1976, comprovada pelo registro do seu nome na sessão de agradecimentos do primeiro catálogo museológico da instituição. O Museu, além do sindicato, são os lugares simbólicos onde se organizam as redes de sociabilidade privilegiadas pela comunidade ferroviária, em seus encontros e eventos políticos e culturais. Hélio, que circula por estes espaços diariamente, representa a intencionalidade de preservar o patrimônio da ferrovia em Porto Alegre, por meio da consolidação do Ferrinho como aparelho cultural do bairro Humaitá.

A entidade ocupa um prédio verde de dois pisos que antigamente era uma agremiação esportiva,⁷ tendo sido transformada, em 2019, em um ponto de cultura de gestão comunitária financiado pelo estado. O teatro, nesse sentido, agregou aliados em torno da causa. O Grupo Trilhos, que tinha sede na agremiação, foi um coletivo de teatro organizado sob a orientação do grupo de atores Ói Nóiz Aqui Trávez, da Terra da Tribo. Alguns de seus integrantes ofereciam oficinas gratuitas de iniciação cênica à comunidade do bairro Humaitá entre 2003 e 2015. Atualmente, são desenvolvidas oficinas de fotografia documental, álbuns de família e teatro, bem como organizadas exposições fotográficas e atividades virtuais, através dos canais de comunicação do ponto de cultura.

7 A primeira finalidade do Ferrinho foi o incentivo ao esporte, por parte da empresa, como estratégia de afastamento dos ferroviários do alcoolismo. A bebida era um mal que assolava muitos trabalhadores. Embora tenha nascido com essa função, a agremiação também realizou inúmeras outras atividades sociais e culturais em sua sede: eventos esportivos (como as Ferríades), bailes, aniversários, carnavais e desfiles de garotas da ferrovia.

O Ferrinho localiza-se próximo aos trilhos do metrô e ao lado da vila ferroviária, e está inserido no interior das ruínas do antigo complexo industrial da RFFSA. Dentro do imóvel, a partir da janela dos fundos, apontando a paisagem externa, Hélio narra as transformações ocorridas pela desindustrialização da região do 4º Distrito e sua perspectiva acerca das transformações pelas quais a ferrovia passou, ao longo dos anos, no Brasil. Assim, nos mostrou os arredores da localidade, terrenos tomados pelo mato, lotes que antigamente abrigavam as edificações da RFFSA (já demolidas). Nesse contexto, o Ferrinho foi um dos poucos prédios que se manteve em pé, graças à ocupação, conservação e manutenção do espaço pelo aposentado. O prédio, que hoje se encontra tombado pelo município, só foi reconhecido como patrimônio depois de anos de luta e mobilização cultural encabeçada por Hélio. O lugar é um verdadeiro abrigo para as “miscelâneas materiais” da ferrovia e um repositório das memórias do grupo de trabalho. No âmbito do Ferrinho, Hélio coleciona documentos, fotografias e ferramentas laborais, elementos que estão dispostos por todo o prédio.

A aproximação com este grupo se deu em fases, primeiramente o pesquisador buscou identificar e visitar os edifícios e estações ferroviárias desativados ou reutilizados no 4º Distrito (que estavam abandonados ou em estado de ruínas, ou, em alguns casos, ocupados por ferroviários aposentados). Em seguida, buscou acompanhar o cotidiano da vila ferroviária, através de visitas recorrentes e longas caminhadas, introduzidas pela prática da etnografia de rua (Eckert; Rocha, 2003), com o intuito de ob-

servar e fotografar. Neste espaço foram realizadas as primeiras saídas a campo, ainda em 2010, percorrendo as ruas e avenidas do bairro Humaitá, observando e registrando o cotidiano deste lugar e o feito de seus habitantes.

A etnografia da duração realizada pelo antropólogo é, portanto, devedora de histórias vividas que lhe são compartilhadas, e das quais, nós, antropólogos nos apropriamos para produzir teorias e conceitos em base à nossa matriz disciplinar. Narramos histórias vividas quando produzimos descrições etnográficas e com isso, evocamos reminiscências por meio da escrita, de fotografias e de vídeos ou filmes. (Eckert; Rocha, 2013, p. 145).

A apropriação das “histórias vividas” foi delineada com a intenção prioritária de “documentar” oralidades e saberes, mais do que produzir conceitos ou novas teorias para a disciplina antropológica. No entanto, ao aliar o gesto de colecionar antropológicamente orientado pelos “desejos de memória” do grupo à descrição densa de sua etnografia, Rapkiewicz (2018) sistematizou o conceito de etnocolecionismo:

Uma prática de colecionamento engajado, motivado por finalidades coletivas, de conotação pública e política. Assim, a categoria que pretende horizontalizar a prática do antropólogo colecionador ao dos interlocutores (também colecionadores) emerge enquanto classificação de uma motivação (e negociação) subjacente ao ato de colecionar. Etnocolecionadores, logo, seriam aqueles que compõem narrativas e reúnem materiais temporais, através do acúmulo de experiências, papéis e objetos. (Rapkiewicz, 2018, p. 143-144).

Nesse contexto, a proposição do conceito surgiu no sentido de agregar potencialidades ao repertório analítico da Antropologia e ao campo de ação política do patrimônio cultural da ferrovia. Assim, como antropólogo visual engajado, o autor buscou mobilizar as imagens a partir de um “colecionismo ético” (Abalos; Rapkiewicz, 2019), visibilizando identidades narrativas, reminiscências e durações ferroviárias no Rio Grande do Sul, participando na “efetivação de gestos resilientes” (Gómez, 2019, p. 89) desta comunidade de trabalho.

Conclusão

A pesquisa antropológica é criadora de engajamentos, e apenas estes podem resultar em produções que atendam a finalidade prática de construir uma ciência transformadora. Esse “engajar-se”, que tem sentido primordial no trabalho etnográfico, ganha novos contornos ao falarmos do ato antropológico de colecionar. É preciso engajar-se na busca das “práticas” de consentimento e restituição que demandam experiência de estudo com os grupos com os quais nos vinculamos como etnógrafos. Logo, o que tratamos de salientar neste texto, através do relato de nossos itinerários de formação em Antropologia e da apresentação de alguns casos empíricos relacionados à pesquisa de Rapkiewicz (2018), é determinar a posição do antropólogo colecionador como mediador cultural e narrador. Assim, nos identificamos como participantes ativos nos processos de constituição de alianças e relações que duram no tempo, agindo, de certa manei-

ra, como agentes de reatualização e retransmissão de memórias, “mediando redes de sentido, de interpretação e de comunicação” (Eckert; Rocha, 2015, p. 79).

Nesse cenário, a presença dos antropólogos e a postura ética que deve acompanhar todo o processo de construção de coleções etnográficas foram os temas que balizaram o texto, abrindo espaço para a importância e as possibilidades, limitações e formas de atuação profissional no que diz respeito ao colecionismo em contextos antropológicos. Salientamos, ainda, que nossa perspectiva metodológica corresponde à filiação a uma comunidade interpretativa ambientada no Navisual e no Biev (ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Na qualidade de grupos de pesquisa de Antropologia Urbana e Antropologia Visual e da Imagem, estes são importantes espaços formativos de diferentes gerações de antropólogos brasileiros.

O objetivo de discutir um modo de fazer etnográfico nos conduz a pensar que, em seus primórdios, a disciplina aparecia dotada de um projeto colonizador, porém, na contemporaneidade, a Antropologia tem se constituído como uma ciência humanista aplicada em documentar, mas também em intervir na realidade social, em benefício dos interlocutores e sua dignidade imagética. Ao situar-se diante dos conflitos, abordando as escalas macro e micro, podendo se localizar como aliado que transita por redes de interlocução dinâmicas, o antropólogo colecionador, investido das suas coleções de imagens, pode narrar as suas experiências e a de outros narradores.

Por fim, há um compartilhamento de sentidos entre “dignidade” e “indignação”. Interessante perceber como colecionadores se depararam com situações de crítica ética aos seus trabalhos de investigação durante a história da antropologia. Não cabe, aqui, entrarmos nas inumeráveis (e infelizes) histórias a serem contadas sobre esse tema, mas vale dizer que o ato de se indignar, por parte de nossos interlocutores, é histórico. Tal historicidade se apresenta de variadas maneiras no modo como antropólogos colecionaram relatos, objetos e imagens em uma perspectiva que não dialoga com determinados parâmetros éticos na pesquisa em ciências humanas.

Associar o tema da dignidade ao tema do colecionismo nos faz encarar a ideia de coleção no nível do cotidiano de nossas pesquisas antropológicas. Logo, rememorar o conceito de colecionismo ético (Abalos Junior; Rapkiewicz, 2019) e apresentar a ideia de etnocolecionismo (Rapkiewicz, 2018), cumpriu a função de demonstrar a ressonância das nossas experiências colecionistas (relatadas nos tópicos anteriores) e as práticas restitutivas das nossas etnografias das durações como pontos marcantes da produção científica que praticamos em Antropologia.

Referências

- ABALOS JÚNIOR, José, Luís; RAPKIEWICZ, Yuri S. Práticas de colecionamento e restituição: notas para um colecionismo ético. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 1-16, dez. 2019.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Antropologia e moralidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 24, p. 110-121, 1994.
- DUBET, François. *Injustiças: a experiência das desigualdades no trabalho*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iluminuras*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.
- GÓMEZ, Guillermo Stefano Rosa. A Indignação ferroviária: Envelhecimento e trabalho em Pelotas/RS. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 83-121, mai. 2019.
- GÓMEZ, Guillermo Stefano Rosa; RAPKIEWICZ, Yuri S.; ECKERT, Cornelia. Etnografias da duração e os desejos de memória ferroviária no sul do Brasil. *Amazônica*, Belém, v. 11, n. 1, p. 83-109, 2019.
- GOODALE, Mark. Anthropology and human rights in a new key. *American Anthropologist*, v. 108, n. 1, p. 9-83, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2003.
- JARDIM, Denise Fagundes. Alteridades e (In) visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade. In: JARDIM, D. F.; LOPEZ, L. C. *Políticas da Diversidade: (In) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2013. p. 21-38.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira Cidadania patrimonial. *Revista Antropológicas*, Rio de Janeiro, Ano 19, v. 16, n. 2, p. 134-155, 2015.

LOPES, José Rogerio. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017.

RAPKIEWICZ, Yuri S. *Cidades, Patrimônios e Etnocolecionadores: uma etnografia das reminiscências ferroviárias no sul do Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Florianópolis, 2018.

RAPKIEWICZ, Yuri S; ECKERT, Cornelia. Entre trilhos e temporalidades: o tempo do trabalho nas memórias dos ferroviários aposentados de Porto Alegre. In: ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. (org.). *Etnografias do Trabalho Narrativas do Tempo*. Porto Alegre: Pallotti, 2015. p. 276-303.

RICOEUR, Paul. A questão da ipseidade. In: RICOEUR, P. (Ed.). *O Simesmo Como um Outro*. Campinas: Papirus, 1991. p. 11-28.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, Cornelia. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavísal, 2013.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, Cornelia. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 2000.

SIMMEL, Georg. *Conflict and the Web of Group Affiliations*. New York: Simon and Schuster, 2010.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.